



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº. 199
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 57-000086/2020**PARECER Nº 044/2020-DP-4****EMENTA: EMENTA: ANÁLISE DOS
ATOS REALIZADOS - PREGÃO
ELETRÔNICO 006/2018.**

Através do presente, o Pregoeiro solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório, na modalidade de pregão eletrônico nº. 003/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de locação, instalação, manutenção preventiva e corretiva, mediante disponibilização de equipamento reprográfico MULTIFUNCIONAL, em conformidade com as especificações contidas no Edital.

Conforme já exarado no Parecer Jurídico nº. 039/2020, acostado às fls. 119/120, o processo foi devidamente instruído com a requisição do departamento solicitante, justificando a necessidade da contratação, bem como os orçamentos dos preços praticados no mercado visando à definição da modalidade correta, e também balizou a opção da modalidade adotada para o certame, dentro dos parâmetros de preços e limites previstos na legislação competente.

Da análise dos atos e decisões tomadas, observa-se que a sessão eletrônica de abertura das propostas de preços iniciou-se na data e hora marcada no edital, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), conforme consta no Edital, devidamente acostado ao processo às fls. 154 e publicado no Diário Oficial do Município.

A impugnação recebida versa sobre o fato de que a Impressora ofertada pela empresa vencedora (INTERATIVA LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EEP) não atenderia as exigências do edital, pois a impressora não entregaria as 40 ppm de velocidade de impressão.

✓



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº. 200
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica: [assinatura]

O pregoeiro ao analisar o recurso interposto, emitiu decisão às fls. 195/198, negando provimento ao recurso pois a impressora ofertada pela empresa vencedora oferece o número de 35 ppm, o que está dentro do intervalo de 32/40 ppm solicitado no Edital.

Deste modo, verifica-se que todos os atos e as decisões tomadas pelo Pregoeiro estão de acordo com a legislação vigente, tendo sido respeitados todos os prazos e as formalidades legais. Nestas condições, entende essa Supervisão Jurídica que poderá ser dada continuidade ao processo, devendo o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 03 de Novembro de 2020.

Ricardo Costa Maguetas
OAB/PR 28.275
Assessor Jurídico